



RELATÓRIO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA

RAINT - 2021

INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANÁ – TECPAR

Curitiba, 21 de março de 2022

	<i>Nome:</i>	<i>Assinatura:</i>
Elaborado por:	Vinicius Lopes Pereira Auditor Interno	<i>Assinado eletronicamente</i>

SUMÁRIO

1 – Introdução.....	3
2 – Tipos de Auditoria.....	4
3 - Execução do PAINT – 2021.....	5
4 – Execução Descritiva do PAINT – 2021.....	6
5 – Notas.....	14
6 – Conclusão.....	16
7 – Anexo.....	17

1 - Introdução

Este Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAINIT 2021, destina-se a apresentar os resultados dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna (ADI) do Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar), referente ao exercício de 2021, e foi elaborado em observância ao disposto no Regulamento de Auditoria Interna, normas e legislação pertinentes.

No transcurso do exercício 2021, a Auditoria Interna pautou sua atuação nas ações previstas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT 2021, aprovado pelo Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho de Administração, porém, quando necessário ou demandado, ampliou suas ações além do PAINT.

2 – Tipos de Auditoria

- Auditoria de Gestão

A Auditoria de Gestão tem como objetivo avaliar a regularidade e eficiência da gestão administrativa, verificando os resultados alcançados e a aplicação dos recursos públicos em conformidade com os princípios básicos da administração pública (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência), bem como apresentar subsídios para o aperfeiçoamento dos procedimentos administrativos e controles internos da Instituição.

- Auditoria Operacional

A auditoria operacional tem como objetivo avaliar as ações gerenciais e os procedimentos relacionados ao processo operacional, ou parte dele, das unidades, programas de governo, projetos e atividades, com a finalidade de emitir uma opinião sobre a gestão quanto aos aspectos da eficiência, eficácia e economicidade, procurando auxiliar a administração na gerência e nos resultados, por meio de recomendações, que visem aprimorar os procedimentos, melhorar os controles e aumentar a responsabilidade gerencial.

- Auditoria Contábil

A principal linha de atuação da Auditoria Interna é a auditoria contábil, analisando os lançamentos, conciliações, demonstrações contábeis, envio de obrigações acessórias, acompanhamento da Auditoria Externa, em suas análises e recomendações.

3 - Execução do PAINT - 2021

A execução das ações é pautada no Plano Anual de Auditoria Interna - PAINT, composto por 35 ações, que correspondem às grandes áreas contábeis, como imobilizados, despesas administrativas, faturamento, entre outras. Na execução prática das ações, ocorrem vários desmembramentos, e por este motivo o número total de atuações da Auditoria Interna é maior do que consta no PAINT. Abaixo segue descritivo quantitativo das ações segundo PAINT 2021.

Execução PAINT - 2021	
Status	Quantitativo
No Prazo	0
Finalizado	59
Atrasado	0
Parcial	0
Em execução	0
Adiado	0
Total	59

Foram executadas e finalizadas todas as ações previstas no PAINT 2021.

4 – Execução Descritiva do PAINT - 2021

Ação do PAINT 2021	Tema Geral	Avaliação Sumária	Ações	Ordem de Serviço	Data ação	Status	Área	Crítica da Auditoria Interna/Observações
1	Orientação e assessoramento aos Gestores do Tecpar	A Auditoria Interna, acompanhar o desempenho da gestão visando comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos, revisando e avaliando a economia, eficiência e efetividade dos recursos disponíveis.	A Auditoria Interna, acompanhar o desempenho da gestão visando comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos, revisando e avaliando a economia, eficiência e efetividade dos recursos disponíveis.	01/2021	No decorrer do ano	Finalizado	Setor Financeiro	Processo de verificação de conformidade na importação de peças para a área de produção, que suscitou alguns questionamentos e ainda está em análise pelo Instituto, com provável desfecho no primeiro semestre de 2022.
				19/2021		Finalizado	DAF	Questionamento da Auditoria Independente referente aos peidos de informação da Assembleia Legislativa do Paraná sobre os recebimentos para integralização de capital recebidos pelo Instituto. Ao longo do exercício o Tecpar prestou esclarecimentos sobre o recebimento de aumento de capital, a apresentou as devidas justificadas legais, sendo estas aceitas pelo demandante.
				22/2021		Finalizado	DAF	Reclassificados os terrenos de Maringá do Patrimônio Líquido para o Passivo não Circulante conforme CPC 07 R1, e recomendação da Auditoria Independente.
				48/2021		Finalizado	Div. Orçamentária, Financeira e Contábil	Foi contratada empresa especializada em avaliação de bens, que verificou e produziu relatório, tendo sua implementação contábil, atendo a norma e legislação.
				49/2021		Finalizado	Divisão Orç., Finan. e Contábil.	Foi contratada empresa especializada em avaliação de bens, que verificou e produziu relatório, tendo sua implementação contábil, atendo a norma e legislação.
2	Índice de liquidez corrente	Acompanhamento da liquidez imediato do Instituto	Acompanhamento da liquidez imediato do Instituto	54/2021	No decorrer do ano	Finalizado	Auditoria Independente	De acordo com o Relatório do Exercício da Auditoria Independente, o Índice de liquidez corrente do Instituto em 2021 foi de 49,85%. O índice pode ser considerado bom, acima de 100%, portanto, deve ser realizado um monitoramento neste quesito.
3	Gestão de compras e contratações	Acompanhamento e análise dos processos licitatórios	Acompanhamento das ações do Controle Interno em relação a processos licitatórios	03/2021	No decorrer do ano	Finalizado	Divisão de Engenharia	Finalizado através da O.S. 27/2021.
				04/2021		Finalizado	Setor de Parques e Incubadoras Tecnológicas	Finalizado através da O.S. 20/2021.



**RELATÓRIO ANUAL DE
AUDITORIA INTERNA**

Revisão: 00
Data: 21/03/22
Página: 7/50



				08/2021	Finalizado	Setor Financeiro	Finalizado através da O.S. 20/2021.
				09/2021	Finalizado	Presidência	Finalizado através da O.S. 20/2021.
				10/2021	Finalizado	Div. de Gestão estratégica de Pessoas	Finalizado através da O.S. 27/2021.
				11/2021	Finalizado	Diretoria de Administração e Finanças	Finalizado através da O.S. 27/2021.
				12/2021	Finalizado	Setor Financeiro	Finalizado através da O.S. 27/2021.
				13/2021	Finalizado	Agência de Inovação	Finalizado através da O.S. 20/2021.
				17/2021	Finalizado	Setor de Parques e Incubadoras Tecnológicas	Finalizado através da O.S. 20/2021.
				18/2021	Finalizado	Setor Financeiro	Finalizado através da O.S. 20/2021.
				20/2021	Finalizado	Presidência	Foi encaminhado a área demandante, relatório da auditoria interna, levantando pontos de possíveis melhorias, para a área de Incubadas. A área apresentou extenso relatório, demonstrando os ganhos que uma área de incubação traz ao Instituto.
				21/2021	Finalizado	Presidência	Finalizado através da O.S. 27/2021.

				23/2021		Finalizado	Diretoria de Administração e Finanças	Finalizado através da O.S. 27/2021.
				24/2021		Finalizado	Diretoria de Administração e Finanças	Finalizado através da O.S. 27/2021.
				27/2021		Finalizado	Presidência	A Auditoria Interna analisou o contrato e execução do contrato de refeições prestadas para o Tecpar, levantou melhorias a serem implementadas para contratos futuros. O Tecpar realizou processo licitatório para o fornecimento de refeições em 12/2021, finalizado o processo após alguns recursos.
				31/2021		Finalizado	Escritório de Projetos	Apresentado o embasamento formal que justificou o Convênio Tecpar/ Sanepar.
4	Exigível a curto e longo prazo	Acompanhamento do passivo exigível a curto e longo prazo.	Acompanhamento da liquidez do Instituto frente às obrigações de curto e longo prazo dos principais contratos.	33/2021	Março /2021	Finalizado	Diretoria de Adm. e Finanças	O Instituto permanece com apenas um fornecedor em aberto, a empresa Roche, com valor relevante em relação ao PL do Instituto, porém, permanecendo em negociação para liquidação.
				47/2021		Finalizado	RH	Conforme recomendação da Auditoria Independente, o Tecpar acrescentou no provisionamento de pagamento de ACTs os benefícios dos colaboradores.
5	Acompanhamento das recomendações da Auditoria Interna	Acompanhamento do cumprimento das recomendações constantes nos relatórios da Auditoria Interna pelos Setores envolvidos.	Acompanhamento constante das ações de 2020 que não foram encerradas	-		Finalizado	Todos os Setores Auditados	Abertura de procedimento para ressarcimento por infração de trânsito, está em andamento o processo.
6	Estoques	Acompanhamento do controle dos estoques	Acompanhamento dos estoques de 2021.	02/2021	Março /2021	Finalizado	Divisão de Logística	A DAF informou que estão ocorrendo os inventários nos laboratórios e que inclusive realizaram a transferência de um funcionário para DAF para auxiliar no controle de

				07/2021		Finalizado	Diretoria de Administração e Finanças	estoque do bloco F. A Auditoria Interna irá acompanhar o controle de estoque ao longo do exercício.
				28/2021		Finalizado	Almoxarifados CIC	Ocorreram dois acompanhamentos de contagem de estoque com recomendações de melhoria, sendo implementadas pelo Instituto.
7	Aplicação de liquidez imediata	Acompanhamento das aplicações financeiras	Acompanhamento da aplicação da norma de aplicações financeiras	05/2021	Março /2021	Finalizado	Setor Financeiro	Todas as aplicações financeiras do Instituto seguiram as regulamentações legais, principalmente em relação aos valores repassados para Projetos, que geralmente já trazem a forma adequada de aplicação.
8	Custo por Absorção	Custo por Absorção / Integrado	Acompanhamento da implantação do Custo por Absorção (Custo Integrado)	06/2021	Março /2021	Finalizado	Diretoria de Administração e Finanças	Em resposta a Auditoria Interna a DAF informou que: Estão sendo revisadas as estruturas de serviços; Sobre o inventário de estoques a Diretoria informa que está mensalmente realizando inventário nos estoques, entre outras providências. A Auditoria acompanhará ao longo do exercício a evolução do processo de aperfeiçoamento de custo integrado.
				43/2021		Finalizado		Várias ações a respeito da melhoria sobre a contabilização do Custo Integrado por Absorção foram realizadas ao longo do exercício, tendo resultado positivo no final do exercício, principalmente em relação a diminuição no percentual de ociosidade.
9	Medicamento/Vacina para uso humano	Acompanhamento do andamento das PDPs e vacina Covid.	Acompanhamento das PDPs e vacina Covid.	14/2021	Abril / 2021	Finalizado	Diretoria Industrial da Saúde.	O Instituto como laboratório público, permanentemente participa e está atendo a programas nacionais de desenvolvimento e transferência tecnológica visando o aprimoramento nacional na área medicamentosa, portanto, permanece participativo e atendo no que concerne PDPs e Vacinas Covid.
10	Gestão Patrimonial	Acompanhamento e análise da gestão patrimonial	Acompanhamento e análise da gestão patrimonial	15/2021	Abril / 2021	Finalizado	Diretoria de Adm. e Finanças	A área prestou informações sobre as melhorias que foram implantadas no controle de bens do Instituto.
				32/2021		Finalizado	Divisão Orç., Finan. e Contábil.	Foi contratada a empresa AXS Consultoria Empresarial, que realizou o inventário físico do Instituto referente a 2021.
11				16/2021		Finalizado		Nota 5.

	Despesas Gerais e Administrativas	Acompanhamento e análise da contabilização das despesas gerais e administrativas	Acompanhamento de suficiência de caixa para honrar com os compromissos do Instituto.		Abril / 2021		Div. Orçamentária, Financeira e Contábil	
12	Vendas de produtos	Acompanhamento e análise de formação das rotinas de vendas e emissão de nota fiscal e tributos envolvidos	Acompanhamento das vendas e dos produtos do Instituto	29/2021	Maio / 2021	Finalizado	Setor Financeiro	O Tecpar teve significativo incremento na venda de produtos em relação a 2020, tendo alcançado no final do exercício da cifra de R\$ 38.108.020,00. O Principal responsável por este aumento foi a revenda de vacina antirrábica, totalizando R\$ 30.480.000,00. Quanto as questões contábeis e tributárias, foram devidamente atendidas.
13	Despesas com pessoal	Acompanhamento e análise da contabilização das despesas com pessoal	Auditoria na despesa com pessoal.	30/2021	Maio / 2021	Finalizado	Setor Financeiro	Nota 4.
14	Devoluções e abatimentos	Acompanhamento e análise da contabilização das devoluções e abatimentos	Audit as devoluções e abatimentos	35/2021	Junho / 2021	Finalizado	Setor de Contabilidade	Auditado e dentro dos padrões contábeis.
15	Custo de mercadorias vendidas	Acompanhamento e análise da contabilização do custo da mercadoria vendida	Auditoria de CMV (Custo de Mercadoria Vendida).	36/2021	Junho / 2021	Finalizado	Setor de Contabilidade	O CMV (Custo de Mercadoria Vendida) apresentou distorção, pois parte do CMV é o custo da mão de obra, que se encontra em processo de aperfeiçoamento, conforme apontamento da Auditoria Independente.
16	Imobilizado	Acompanhamento das aquisições e das contabilizações nas respectivas contas contábeis	Acompanhamento dos imobilizados em 2021.	37/2021	Junho / 2021	Finalizado	Div. Orçamentária, Financeira e Contábil	O Instituto publica mensalmente no portal suas aquisições e está em conformidade com dispositivos legais.
				44/2021		Finalizado		Existe uma pendência com uma antiga linha telefônica, que o Instituto está averiguando se há direito em ações, para após, providenciar a baixa.
17	Direitos junto a clientes	Acompanhamento e análise da contabilização dos direitos junto a clientes	Acompanhamento da conta Clientes	25/2021	Julho / 2021	Finalizado	Divisão Financeira e Contábil	Com base na Lei 9.460/1996, art. 9º, foi feito um levantamento dos títulos que estavam em aberto no contas a receber a mais de 5 anos, no valor de até R\$ 5.000,00 e efetuadas as devidas baixas.
18	Bancos - Contas Correntes	Acompanhamento e análise da contabilização dos	Auditoria de recebimentos e pagamentos	40/2021	Julho / 2021	Finalizado	Setor Financeiro	Está de acordo com as normas contábeis.



**RELATÓRIO ANUAL DE
AUDITORIA INTERNA**

Revisão: 00
Data: 21/03/22
Página: 11/50



		recebimentos e pagamentos						
19	Intangível	Acompanhamento e análise da contabilização do intangível	Acompanhamento da contabilização do intangível	38/2021	Julho / 2021	Finalizado	Setor de Contabilidade	Não houve movimentação no período auditado do exercício 2021.
20	Provisões férias	Acompanhamento e análise da contabilização das apropriações de férias	Acompanhamento na contabilização de férias	39/2021	Julho / 2021	Finalizado	Setor de Contabilidade	Analisado e verificado a conformidade.
21	Fornecedores	Acompanhamento e análise da contabilização dos fornecedores	Acompanhamento e análise da contabilização dos fornecedores	54/2021	Agosto / 2021	Finalizado	Setor de Contabilidade	A Auditoria Interna analisou a contabilização dos principais fornecedores, especificamente em relação aos fornecedores em aberto no exercício 2021, e é possível notar que dos R\$ 132.221.916,27 (cento e trinta e dois milhões, duzentos e vinte e um mil, novecentos e dezesseis reais e centavos), R\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões) são referentes ao Fornecedor Produtos Roche Químicos e Farmacêuticos S/A, conforme nota de circularização de 13/01/2022. Em relação aos outros fornecedores em aberto, trata-se exclusivamente do prazo regular entre faturamento e pagamento. Sendo assim, a auditoria confirma a regularidade da contabilização referente a fornecedores.
22	Contas a pagar	Acompanhamento e análise da contabilização do contas a pagar	Acompanhamento e análise da contabilização do contas a pagar	51/2021	Agosto / 2021	Finalizado	Setor de Contabilidade e Financeiro	Analisado e verificado a conformidade.
23	Venda de serviços	Acompanhamento e análise da contabilização das receitas com vendas de serviços	Auditoria da contabilização das receitas de vendas de serviços.	52/2021	Setembro / 2021	Finalizado	Setor de Contabilidade	As receitas de venda diminuíram 16% em relação a 2021.
24	Depósitos judiciais	Acompanhamento e análise da contabilização dos depósitos judiciais	Contas contábeis de Depósito Judiciais (trabalhista)	53/2021	Setembro / 2021	Finalizado	Setor de Contabilidade	De acordo com as normas contábeis e detalhada na nota explicativa nº 15 da Auditoria Independente.
25	Remessas em consignação	Acompanhamento e análise da contabilização das remessas em consignação ativa.	Razão contábil Remessas de Consignação - Antígenos	50/2021	Setembro / 2021	Finalizado	Setor de Contabilidade	Não ocorreu nenhum valor em consignação no exercício 2021.
26				-		Finalizado		

	Reservas para incentivos fiscais	Acompanhamento e análise da contabilização das reservas para incentivos fiscais	Acompanhamento e análise da contabilização das reservas para incentivos fiscais		Outubro / 2021		Setor de Contabilidade	Em função do prejuízo acumulado do Instituto e de acordo com a legislação, não há transferência para as reservas enquanto perdurar o prejuízo.
27	Contratação Auditoria Independente/Externa	Iniciar o processo de contratação da Auditoria Independente/Externa.	Termo de Referência, e contratação da Auditoria para o(s) exercícios seguintes.	CI 01-2022	Outubro / 2021	Finalizado	Auditoria Interna	Realizados os orçamentos e dados os devidos encaminhamentos para a contratação da Auditoria Independente 2022, nos mesmos moldes da Auditoria Independente 2021.
28	Elaboração do plano anual de atividades de Auditoria Interna - PAINT 2022	Planejamento das atividades de Auditoria Interna, contendo a programação dos trabalhos de Auditoria Interna do Tecpar para o exercício de 2022.	Elaborar e encaminhar para aprovação do CAE e CAD o Plano Anual de Auditoria Interna 2022.	46/2021	Novembro / 2021	Finalizado	Auditoria Interna	Plano elaborado e aprovado em 12/2021 pelo Conselho de Administração (o CAE foi encerrado em 09/2021).
29	Perdas	Acompanhamento e análise da contabilização das perdas	Auditoria da contabilização das perdas.	41/2021	Novembro / 2021	Finalizado	Setor de Contabilidade	Em 2020 o Centro de Desenvolvimento e Produção de Imunobiológicos (CDI) apresentou pedido para provisionamento de perdas com a produção da vacina antirrábica, através das CDI 39 e 43/2020. Foi realizado o devido provisionamento contábil e ao longo de 2021 foi contratado e concretizado o descarte. Houve pedido de esclarecimentos por parte da Auditoria Interna ao CDI sobre os quantitativos descartados, já que no pedido de provisionamento foram feitos em doses e peso, e na documentação de descarte consta apenas a unidade peso. O CDI prestou os devidos esclarecimentos através da CI 08/2022 e foi concretizada a devida baixa em 01/2022.
				42/2021			CDI	
30	Provisões 13º salário	Acompanhamento e análise da contabilização das apropriações de 13º salário	Auditar contabilização das apropriações de 13º salário	34/2021	Março /2021	Finalizado	Setor de Contabilidade e Divisão de Gestão Estratégica de Pessoas.	Foram provisionados e baixados adequadamente 13º salário ao longo do exercício.
31	Reserva de capital	Acompanhamento e análise de formação das reservas de capital	Acompanhamento e análise de formação das reservas de capital	-	Dezembro / 2021	Finalizado	Setor de Contabilidade	Em função do prejuízo acumulado do Instituto e de acordo com a legislação, não há transferência para as reservas enquanto perdurar o prejuízo.
32				-		Finalizado		



	Capital Social	Acompanhamento e análise das variações do capital social e sua subscrição.	Acompanhamento das alterações do capital social		Janeiro / 2022		Sector de Contabilidade	Em 2021 o Tecpar integralizou em seu capital social os aportes realizados no ano de 2019, e ainda resta integralizar os aportes de 2020 e 2021. Trata-se de um processo moroso, no qual é necessária a autorização do executivo e legislativo do Estado.
33	Apoio Auditoria Independente/Externa	Apoia as auditorias e visitas trimestrais da Auditoria Independente/Externa.	Apoia as auditorias e visitas trimestrais da Auditoria Independente/Externa.	-	No decorrer do ano	Finalizado	Auditoria Interna.	Foram realizados os devidos acompanhamentos e apoios a Auditoria Independente ao longo do exercício 2021.
34	Resultado do exercício	Acompanhamento e análise e variações dos lucros	Acompanhamento e análise e variações dos lucros	-	Janeiro / 2022	Finalizado	Sector de Contabilidade	Nota 6.
35	Elaboração do relatório anual de atividades de Auditoria Interna - RAIINT 2021	Apresentação dos resultados dos trabalhos de auditoria interna realizados no exercício de 2021.	Elaborar e encaminhar para aprovação do CAE e CAD o Relatório Anual de Auditoria Interna - RAIINT 2021.	-	Janeiro / Fevereiro / 2022	Finalizado	Auditoria Interna	Finalizado e encaminhado para apreciação e aprovação da Diretoria e CAD.

5 – Notas

Nota 1.

Ao longo do exercício 2022 o Instituto retomou a produção de vacina antirrábica, e cumpriu sua meta de produção, entregando ao Ministério da Saúde de produção própria de 6 milhões de doses também um saldo devedor de 750 mil doses. Também realizou a entrega de mais 24 milhões de doses ao MS na forma de repasse do produto.

Outra importante conquista do Instituto foi o retorno ao orçamento do Estado, demanda que vinha sendo articulada desde 2019, e que obteve êxito em dezembro de 2022, ressaltando a importância que a instituição tem para o Estado. Com o retorno ao orçamento, dependendo da forma de repasse, entrarão como receita governamental e passarão a compor as receitas, melhorando o resultado contábil do Instituto.

Nota 2.

No parecer da Auditoria Independente referente ao exercício 2021, foram apresentadas duas ressalvas: Comparabilidade de custos na Demonstração do Resultado e Valorização dos estoques.

A primeira ressalva foi apresentada, porque no exercício 2020, o método de custo integrado por absorção, foi implementado apenas em junho, e desta forma, não foi possível comparar 2020 com 2021, em relação a custos. Esta ressalva automaticamente será retirada em 2022, pois será possível comparar os custos de 2021 com 2022.

Em relação a valorização dos estoques, trata-se dos ajustes que foram realizados ao longo do exercício 2021, portanto, ainda ocorreram distorções na apuração do custo e consequentes distorções na valoração dos estoques.

Para o exercício 2022 é esperado que os custos reflitam melhor o valor dos estoques e consequentemente que esta ressalva seja superada.

Em relação a nota de incerteza quanto a quantidade operacional é devida aos sucessivos prejuízos dos exercícios, fornecedor em aberto, porém, com o retorno ao orçamento e esperado que esta questão seja superada.

Nota 3.

Segundo circularização realizada pela Auditoria Independente, Nota Explicativa 09 Fornecedores, a Fornecedora Roche Químicos e Farmacêuticos S.A. manifestou crédito no montante de 125 milhões em aberto com o Tecpar.

Nota 4.

O Tecpar está em aberto com os CCTs de 2018/2019 – 2019/2020 – 2020/2021 e 2021/2022. Alguns destes CCTs estão com ações trabalhistas em andamento. Estão ocorrendo várias negociações para sanar estas questões, sendo apresentado no final de 2021 proposta para regularizar o CCT 2018/2019, sendo esta rejeitada pelos funcionários. Novas propostas estão em andamento e é esperado solução para todos os CCTs em aberto.

Nota 5.

Quanto aos índices financeiros destacados no relatório da auditoria independente:

Liquidez Corrente: 72,21%

Liquidez Geral: 59,35%

Solvência Geral: 123,07%

Os índices de Liquidez Corrente e Geral, quando abaixo de 100%, não demonstram um bom resultado.

O índice de Solvência Geral, quando acima de 100% demonstra que a instituição tem capacidade de honrar com seus compromissos, envolvendo seus ativos líquidos e permanentes.

Com o retorno ao orçamento do Estado é esperado que estes índices apresentem melhoras em 2022.

Nota 6.

Ao longo do exercício 2022 o Instituto firmou diversas parcerias/convênios para o desenvolvimento científico e tecnológico, com instituições como Ministério Público do Paraná, Sanepar, Prefeitura de Curitiba, Polícia Científica do Paraná, etc. Essas parcerias demonstram a importância do Tecpar no desenvolvimento tecnológico do Estado e do País.

Nota 7.

O resultado do exercício 2021 foi similar ao exercício 2020, apresentando um prejuízo de aproximadamente 72 milhões. Com a retomada da produção de vacina antirrábica e o retorno ao orçamento, a expectativa é de melhora para o resultado 2022.

6 – Conclusão

O andamento do Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT 2021 encontrou muitos desafios no exercício de 2021, com a continuidade da pandemia de Coronavírus, em diferentes épocas do exercício, ocorreram afastamentos de funcionários contaminados, trabalho remoto, híbrido... Situações estas que impõem dificuldades a mais para a transcorrência do plano. Mas, o desenvolvimento dos trabalhos foi exitoso e foi possível realizar todas as ações que estavam programadas. Na verdade, foram realizadas 59 ações de auditoria interna, enquanto no plano inicial estavam previstas 35 ações.

Na execução do PAINT 2021 ficou demonstrado um bom sistema de controle do Instituto, porém, com apenas ressalva para o aperfeiçoamento do custo integrado por absorção, que se espera ser mais fidedigno aos reais custos em 2022.

Os pontos mais fortes a serem destacados em 2021 foram o retorno ao orçamento do Estado e a retomada da produção de vacina antirrábica. O retorno ao orçamento demonstra a valorização do Instituto perante o Executivo e Legislativo, e a retomada da vacina é uma importante concretização dos esforços desenvolvidos pelo Instituto para retornar seu lugar de destaque dentro do cenário estadual e nacional.

7 – Anexo

TECPAR - Instituto de Tecnologia do Paraná

**Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de
2021**



Inserido ao protocolo **18.630.759-3** por: **Vinicius Lopes Pereira** em: 11/02/2022 15:15. As assinaturas deste documento constam às fls. 32a. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código: **9b8f078dde0300a6ea43f4aaaa622d8f**.

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021

CONTEÚDO

Relatório da Administração.....	03
Relatório dos Auditores Independentes	04
Balanço Patrimonial	08
Demonstração do Resultado	09
Demonstração do Resultado Abrangente	09
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	10
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	11
Notas Explicativas.....	12

Relatório da Administração

Aos Diretores e Conselheiros,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras do TECPAR - Instituto de Tecnologia do Paraná levantadas em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes.

Curitiba (PR), 14 de janeiro de 2022.

A Administração



Moore CWB Auditores e Consultores

Rua Almirante Tamandaré, nº 754, 3º andar
Alto da Rua XV – CEP 880045-170
Curitiba - PR

T. 55 (41) 3016-8871
E. moorecwb@moorebrasil.com.br

www.moorebrasil.com.br



Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras

Ilmos. Srs.
Diretores e Conselheiros do
TECPAR - Instituto de Tecnologia do Paraná
Curitiba - PR

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras do TECPAR - Instituto de Tecnologia do Paraná, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do TECPAR - Instituto de Tecnologia do Paraná em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

1. Comparabilidade de custos na Demonstração do Resultado

No período de janeiro a maio de 2020, o Instituto não possuía sistema de custeio integrado e coordenado ou outra forma de controle aplicável para a apuração dos custos industriais e de serviços conforme determina a norma contábil. Conforme mencionado na Nota nº 03.a (iii), a adoção inicial do método de custeio por absorção ocorreu a partir de junho de 2020, entretanto, o Instituto não apresentou os efeitos retrospectivos de forma a permitir a comparabilidade das Demonstrações Financeiras, inclusive quanto aos efeitos correspondentes dessas novas bases de avaliação nos seus estoques. Consequentemente, o Instituto não está apresentando as Demonstrações Financeiras de forma comparativa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2. Valorização dos estoques

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 03.a (iii), no mês de junho de 2020 o Instituto concluiu a implantação do sistema de custeio integrado e coordenado com a contabilidade. Entretanto, há problemas operacionais relacionados a possíveis falhas nos apontamentos de produções e serviços, como consequência, esta situação distorce a adequada apuração e segregação entre os custos efetivos



dos produtos e serviços e os custos com ociosidade. Em função disso, não há como certificar-se de que os estoques estão adequadamente valorizados e, portanto, não foi possível mensurar os eventuais efeitos no Ativo Circulante, Resultado e no Patrimônio Líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para as Demonstrações Financeiras que apresentam um Prejuízo Acumulado de R\$ 259.147.464,21 e R\$ 332.020.554,40, em dezembro de 2020 e dezembro de 2021 respectivamente. Ademais, conforme Nota Explicativa nº 01.2.1 as receitas próprias até dezembro de 2021, eram insuficientes para cobrir seus custos e despesas operacionais. Com a retomada do Instituto ao orçamento do Estado, conforme mencionado em Nota Explicativa nº 27, as novas receitas para o exercício de 2022 podem reduzir o prejuízo acumulado, porém dependem de circunstâncias relacionadas à políticas e capacidade orçamentária pública que até a presente data não é mensurável. Esses eventos ou condições indicam a existência de incertezas que, requerem que a Administração continue envidando esforços para garantir a sua continuidade operacional. As Demonstrações Financeiras não incluem quaisquer ajustes em virtude dessa incerteza.

Outros Assuntos - Auditoria de Exercício Anterior

As demonstrações financeiras ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente auditadas, por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 20 de janeiro de 2021, contendo modificação da opinião (ressalva).

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do TECPAR é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de



distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do Auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba (PR), 14 de janeiro de 2022.

MOORE CWB
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC.PR 005.174/O-5

DIEMERSON DO NASCIMENTO
NASCIMENTO: 05973975975

Diemerson do Nascimento
Contador
CRC PR - 060.422/O-7
CNAI 4878

Balanco Patrimonial

Findo em 31 de dezembro
Valores Expressos em Reais

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO			
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	04	57.383.972,65	92.408.678,39
Contas a Receber de Clientes	05	8.754.138,25	3.077.558,86
Estoques	06	9.243.102,35	4.441.759,23
Impostos e Contribuições a Recuperar	07	1.688.466,83	1.204.890,56
Adiantamentos a Fornecedores	-	618.209,13	379.329,20
Adiantamentos a Funcionários	-	523.500,18	449.241,77
Despesas Antecipadas	-	54.970,53	71.222,31
		78.266.359,92	102.032.680,32
Não Circulante			
Depósitos Judiciais Trabalhistas	-	2.123.201,87	1.783.671,08
Imobilizado	08	102.857.770,20	107.477.596,56
Intangível	08	3.625.607,85	3.995.137,16
		108.606.579,92	113.256.404,80
Total do Ativo		186.872.939,84	215.289.085,12
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	09	132.221.916,27	125.672.754,83
Obrigações Sociais e Trabalhistas	10	5.726.742,20	6.702.034,11
Obrigações Fiscais	11	71.266,05	124.461,73
Provisão de Reajuste ACT	12	15.264.674,36	7.562.149,00
Adiantamento de Clientes	-	292.747,95	188.834,16
Outras contas a pagar	13	106.030,25	1.052.287,74
Recursos de projetos	14	3.322.278,96	-
		157.005.656,04	141.302.521,57
Não Circulante			
Provisões para Contingência	15	7.351.875,47	1.434.700,00
Subvenção Governamental para Investimento	16	67.275.157,48	32.197.406,83
		74.627.032,95	33.632.106,83
Patrimônio Líquido			
Capital Social	17 (i)	186.580.972,18	134.479.376,18
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	17 (ii)	65.973.827,00	95.965.137,08
Reserva de Capital	16	-	34.351.401,60
Ajuste de Avaliação Patrimonial	17 (iii)	34.706.006,07	34.706.006,07
Prejuízos Acumulados	-	(332.020.554,40)	(259.147.464,21)
		(44.759.749,15)	40.354.456,72
Total do Passivo		186.872.939,84	215.289.085,12

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do Resultado

Findo em 31 de dezembro
Valores Expressos em Reais

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Receita Líquida das Atividades Operacionais			
Vendas - Mercado Interno	18	43.700.342,87	7.336.404,35
		43.700.342,87	7.336.404,35
Custo das Atividades Operacionais			
Custo dos Produtos Vendidos	19 (i)	(34.623.267,94)	(903,00)
Custo dos Serviços Prestados	19 (ii)	(11.729.478,45)	(2.889.907,70)
Custo com Convênio		(169.437,82)	-
Perdas de Estoques	19 (iii)	(2.871.925,16)	(10.169.929,30)
Custos com Ociosidade	19 (iv)	(21.797.451,05)	(19.392.853,75)
Resultado Bruto Operacional		(27.491.217,55)	(25.117.189,40)
Despesas Gerais e Administrativas	20	(45.999.779,38)	(50.370.651,64)
Outras (Despesas) e Receitas Operacionais Líquidas	21	(612.278,41)	1.718.055,56
		(46.612.057,79)	(48.652.596,08)
Prejuízo Antes dos Efeitos Financeiros		(74.103.275,34)	(73.769.785,48)
Resultado Financeiro Líquido			
Despesas Financeiras	22	(10.989,10)	(27.394,43)
Receitas Financeiras	22	1.241.174,25	1.144.599,43
		1.230.185,15	1.117.205,00
Prejuízo Líquido do Exercício		(72.873.090,19)	(72.652.580,48)

Demonstração do Resultado Abrangente

Findo em 31 de dezembro
Valores Expressos em Reais

	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo Líquido do Exercício	(72.873.090,19)	(72.652.580,48)
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	(72.873.090,19)	(72.652.580,48)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Findo em 31 de dezembro
Valores Expressos em Reais

	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Reserva de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	134.479.376,18	52.101.596,00	34.351.401,60	34.706.006,07	(185.717.883,73)	69.920.496,12
Capitalização	-	43.863.541,08	-	-	-	43.863.541,08
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	(777.000,00)	(777.000,00)
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	-	(72.652.580,48)	(72.652.580,48)
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	134.479.376,18	95.965.137,08	34.351.401,60	34.706.006,07	(259.147.464,21)	40.354.456,72
Capitalização	-	22.110.285,92	-	-	-	22.110.285,92
Reclassificação de saldo - Passivo não circulante	-	-	(34.351.401,60)	-	-	(34.351.401,60)
Aumento de capital social	52.101.596,00	(52.101.596,00)	-	-	-	-
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	-	(72.873.090,19)	(72.873.090,19)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	186.580.972,18	65.973.827,00	-	34.706.006,07	(332.020.554,40)	(44.759.749,15)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

Findo em 31 de dezembro
Valores Expressos em Reais

	31/12/2021	31/12/2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:	(58.585.893,95)	(25.103.333,28)
Prejuízo Líquido do Exercício antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(72.873.090,19)	(72.652.580,48)
Ajustes por:	22.995.942,97	7.348.868,03
. Depreciações, Amortizações e Exaustões	3.088.021,30	3.617.602,38
. Juros e Variações Monetárias	(58.016,96)	-
. Provisão / (Reversão) de Acordo Coletivo de Trabalho	7.702.525,36	4.332.488,00
. Ajuste de exercícios anteriores	-	(777.000,00)
. Provisão / (Reversão) Impairment imobilizado e intangível	450.432,08	-
. Provisão / (Reversão) de contingências	12.050.460,06	175.777,65
. Provisão / (Reversão) Para Créditos de Liquidação Duvidosa	(237.478,87)	-
Resultado Ajustado	(49.877.147,22)	(65.303.712,45)
Aumento (Redução) nos Passivos:	3.188.509,39	31.813.910,51
Fornecedores	1.007.497,89	(1.114.704,19)
Obrigações Sociais e Trabalhistas	(975.291,91)	(422.630,68)
Obrigações Fiscais	(49.980,90)	(18.121,52)
Adiantamento de Clientes	103.913,79	-
Outras contas a pagar	(946.257,49)	1.171.960,07
Recursos de Projetos	3.322.278,96	-
Subvenção Governamental para Investimento	726.349,05	32.197.406,83
Redução (Aumento) nos Ativos:	(11.897.256,12)	8.386.468,66
Contas a Receber de Clientes	(5.406.467,83)	971.192,77
Estoques	(4.801.343,12)	6.289.292,05
Impostos e Contribuições a Recuperar	(483.576,27)	11.260,25
Adiantamentos a Fornecedores	(238.879,93)	(333.324,65)
Adiantamentos a Funcionários	(74.258,41)	100.829,64
Despesas Antecipadas	16.251,78	34.237,88
Depósitos Judiciais Trabalhistas	(908.982,34)	1.312.980,72
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:	1.450.902,29	(532.732,72)
. Aquisição de Imobilizado	(1.478.833,70)	(652.570,74)
. Baixa do Imobilizado e intangível	2.929.735,99	119.838,02
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:	22.110.285,92	43.863.541,08
. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital Recebido	22.110.285,92	43.863.541,08
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(35.024.705,74)	18.227.475,08
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	92.408.678,39	74.181.203,31
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	57.383.972,65	92.408.678,39

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Valores Expressos em Reais

01) Contexto Operacional

01.1 - O Instituto e suas operações

O Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR, é uma empresa pública de direito privado, é parte integrante da administração indireta do Estado do Paraná, instituída pela Lei Estadual nº 7.056, de 04 de dezembro de 1978, com as alterações introduzidas pela Lei Estadual nº 12.020, de 09 de janeiro de 1998 e Lei Estadual nº 18.875, de 27 de setembro de 2016, regendo-se por este Estatuto, pelas Leis Federais nº 6.404/1976 e 13.303/2016.

Constitui o objeto social do TECPAR colaborar com a consecução de políticas públicas por meio do desenvolvimento científico e tecnológico e da produção e disseminação para a área da saúde e oferta de bens e serviços para os setores público e privado, provendo soluções científicas, tecnológicas e inovadoras, por meio da mobilização de competências que favoreçam a competitividade da economia brasileira, em consonância com as orientações estratégicas do Estado do Paraná e atuando sob o princípio da indissociabilidade entre educação, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, soluções tecnológicas e difusão tecnológica e inovação.

Objetivos específicos:

- I - Fomentar e proporcionar apoio científico e tecnológico às atividades dos diversos setores econômicos de interesse para o Estado e para o País;
- II - Criar ou adaptar tecnologias de interesse econômico e social visando ao desenvolvimento sustentável;
- III - Promover e desenvolver estudos e executar programas e projetos inovadores de caráter científico e tecnológico;
- IV - Realizar atividades de calibração de instrumentos de medição, de ensaios, de certificação e inspeção da conformidade e de controle da qualidade;
- V - Desenvolver e difundir tecnologias de gestão para a melhoria da competitividade das organizações públicas e privadas;
- VI - Formar e capacitar recursos humanos de interesse do desenvolvimento tecnológico e inovação, bem como aqueles necessários à execução de programas e projetos em articulação com universidades e centros de referência do País e do exterior;
- VII - Colaborar, desenvolver e oferecer cursos de graduação e pós-graduação stricto-sensu e lato-sensu, nas suas áreas de competência, diretamente ou em parceria com outras instituições, conferindo graus, diplomas e outros títulos cabíveis;
- VIII - Pesquisar, desenvolver, inovar, produzir e distribuir produtos para a área de saúde, medicamentos sintéticos, biológicos e biotecnológicos de interesse do Sistema Único de Saúde (SUS), bem como produtos veterinários para políticas públicas de modo em geral;
- IX - Promover atividades em rede com entidades nacionais, estrangeiras e internacionais nas áreas de sua atuação, bem como participar de iniciativas de inovação aberta;
- X - Promover a cultura empreendedora e favorecer o surgimento de novas empresas de base tecnológica inovadoras;
- XI - Incentivar a proteção legal de seus ativos intangíveis e promover a sua difusão;
- XII - Organizar, tratar e disseminar informação qualificada para o desenvolvimento tecnológico e inovação;
- XIII - Promover o processo de inclusão digital favorecendo o desenvolvimento socioeconômico;
- XIV - Desempenhar atividades de interesse das políticas industrial e de ciência, tecnologia e inovação do País, observados os interesses do Estado do Paraná;

Notas Explicativas

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Valores Expressos em Reais

XV - Adotar e disseminar práticas de sustentabilidade ambiental e de responsabilidade social corporativa.

01.2 - Receitas do Instituto

As receitas do TECPAR são compostas pela venda e revenda de vacinas e prestação de serviços (Receitas Próprias) e recursos oriundos do Estado, garantidos pela lei que instituiu o Fundo Paraná, Lei Estadual nº 12.020/98 (Receitas Públicas).

01.2.1 - Receitas Próprias

Durante o exercício de 2021, o TECPAR ofereceu produtos e serviços. Atualmente sua principal fonte de renda concentra-se na prestação de serviços de análises e certificações e revenda de vacinas, conforme abaixo:

- i) **Venda de Animais:** Faturamento bruto das vendas de animais – R\$ 8.020,00;
- ii) **Prestação de Serviços:** Faturamento bruto da prestação de serviço de análises e certificações - R\$ 6.503.582,09;
- iii) **Venda de vacinas:** Faturamento bruto de venda de vacinas – R\$ 7.620.000,00.
- iv) **Revenda de vacinas:** Faturamento bruto de revenda de vacinas – R\$ 30.480.000,00.
- v) **Receita de convênios:** Receitas vinculadas a convênios – R\$ 33.000,00

01.2.2 - Receitas Públicas

Lei 12.020/98 - Fundo Paraná: Conforme item 3.3 e 3.3a da Ata na XXVI Reunião Ordinária do Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia CCT - Paraná datada de 17/12/2019 foi deliberado que o repasse ao TECPAR do direito a que faz jus o Instituto sobre os recursos do fundo Paraná, a partir do exercício de 2020 se daria “por meio de integralização de capital ou outra forma de repasse que venha a ser definida pelo governo”.

Dessa forma, a Superintendência Geral De Ciência, Tecnologia E Ensino Superior - SETI emitiu empenhos e vem liquidando-os a medida da disponibilidade orçamentária do Estado.

Para o exercício de 2022, por meio do artigo 23 da Lei Estadual 20.873/2021, o Tecpar retorna ao orçamento fiscal do Estado.

"Art. 23 Autoriza o Poder Executivo a abrir, no Orçamento Fiscal, a unidade orçamentária Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR e consignar as despesas correspondentes, mediante cancelamento de suas dotações no Orçamento de Investimentos".

Subvenção Governamental para Investimento: Em dezembro de 2018 o Instituto firmou o convênio 05/18 com a Secretaria de Estado da Ciência Tecnologia e Ensino Superior, e SETI - FUNDO PARANÁ, que visa o fomento do projeto “Desenvolvimento de Novas Tecnologias de Produção de Medicamentos Biológicos no Campus do TECPAR em Maringá”, que tem como objeto implantar o Centro de Desenvolvimento e Produção de Medicamentos Biológicos do TECPAR em Maringá, por meio da adequação das instalações de Infraestrutura do Campus e dos prédios necessários, visando a transferência e absorção do conhecimento em plataformas tecnológicas, para fornecimento ao SUS.

Notas Explicativas

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Valores Expressos em Reais

Valor do convênio R\$ 37.400.000,00 (trinta e sete milhões, quatrocentos mil reais) o convênio tem vigência a partir da assinatura pelo prazo de 40 (quarenta) meses, sendo destes, 36 (trinta e seis) meses destinados para a execução do projeto, podendo ser alterado e prorrogado mediante termo aditivo.

Repasse efetuados:

Em 16/06/2020 - R\$ 5.348.000,00 parcela 01 de 07
Em 25/06/2020 - R\$ 5.342.000,00 parcela 02 de 07
Em 14/07/2020 - R\$ 5.342.000,00 parcela 03 de 07
Em 29/07/2020 - R\$ 5.342.000,00 parcela 04 de 07
Em 28/09/2020 - R\$ 5.342.000,00 parcela 05 de 07
Em 16/10/2020 - R\$ 5.342.000,00 parcela 06 de 07

O repasse da última parcela do convênio depende do cronograma de pagamento gerido pelo Governo do Paraná, em consonância com a retomada das parcerias técnicas com o Ministério da Saúde.

02) Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

02.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras do Instituto foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Declara também que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

02.2 Moeda Funcional

As Demonstrações Financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Instituto. Todas as informações financeiras são divulgadas em reais, exceto se indicado de outra forma.

02.3 Bases de Mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas com base no uso de estimativas, exceto quando indicado de outra forma.

02.4 Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das Demonstrações Financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, os resultados reais podem divergir das respectivas estimativas. Estimativas e premissas com relação ao futuro são revistas de maneira contínua pela Administração e são baseadas em experiência histórica e novas informações. Revisões de estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Notas Explicativas

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Valores Expressos em Reais

02.4.1 - Vida útil do Ativo Imobilizado

A estimativa da vida útil aplicada aos bens integrantes do Ativo Imobilizado está sujeita a revisões, no mínimo anualmente, realizadas a partir de reavaliação de dados preexistentes e/ou novas informações disponíveis relacionadas à manutenção e conservação dos bens, bem como alterações na sua utilização.

02.4.2 - Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

O Instituto é parte em processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais e trabalhistas decorrentes do curso normal de suas operações e utiliza-se de estimativas para reconhecer os valores e a probabilidade de saída de recursos com base em pareceres e avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração. Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa nº 15.

02.4.3 - Perdas Estimadas para crédito de liquidação duvidosa

A provisão para Perda Estimada para crédito de liquidação duvidosa (PECLD) para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de default, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras. Para tal, o Instituto utiliza julgamentos nessas premissas, além de informações sobre atrasos nos pagamentos e metodologias internas de avaliação.

03) Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade nessas Demonstrações Financeiras estão descritas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados:

a) Ativos Circulantes e Não Circulantes

(i) **Caixa e Equivalentes de Caixa** compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição.

(ii) **As contas a receber** são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária do Instituto e ajustadas por perdas no recebimento, quando aplicável.

(iii) **Os estoques** de produtos acabados e em elaboração estão avaliados pelos custos médios de produção (matérias-primas, mão de obra direta, embalagens, outros custos diretos e os respectivos gastos indiretos de produção). Os demais estoques estão avaliados pelo custo médio de aquisição. Tanto os produtos acabados quanto os demais estoques não excedem aos valores de mercado.

No mês de junho de 2020 o Instituto implementou a mensuração de estoques através do custo integrado por absorção, e esta nova metodologia vem sendo aperfeiçoado desde então. Nos primeiros

Notas Explicativas

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Valores Expressos em Reais

meses de implantação, ocorreram dificuldades naturais do processo que resultaram em um significativo índice de ociosidade – contabilmente, ociosidade é a diferença entre capacidade produtiva levantada e os apontamentos efetivados pelas áreas fim – ocorre que mensurar a capacidade total de mão de obra não é uma simples somatória de horas de cada colaborador de área fim, pois alguns colaboradores de áreas fim, não exercem necessariamente atividades fins integralmente. Somado a esta dificuldade, encontramos a adaptação dos colaboradores com as novas ferramentas que estruturam o custo integrado. Porém, o processo vem sendo aperfeiçoado, e os atuais índices de ociosidade demonstram isto, passando de um índice que iniciou em mais de 90%, para atualmente em torno de 8% em dezembro de 2021 ou 30% considerando o 4º trimestre de 2021.

Vale ressaltar que os parâmetros de custo integrado são dinâmicos e encontram-se permanentemente em aperfeiçoamento.

(iv) Os itens do imobilizado e intangível são avaliados pelo custo histórico de aquisição, menos a depreciação ou amortização acumulada e quaisquer perdas não recuperáveis, ajustado ao valor justo ou custo atribuído (*deemed cost*), com base em laudo de avaliação preparado por profissionais independentes. O custo histórico inclui os gastos necessários para que o item específico esteja em condições para seu uso pretendido.

Reparos e manutenções, incluindo o custo das peças de reposição, somente são ativados quando for provável que os gastos proporcionem benefícios econômicos futuros para o Instituto. Caso contrário, são reconhecidos como despesa quando incorridos.

A depreciação do imobilizado são reconhecidos de maneira a alocar o valor depreciável dos ativos durante suas respectivas vidas úteis. O método de depreciação utilizado é linear. O intangível tem sua vida útil indeterminada conforme o CPC 04, sendo formalizado o teste de recuperabilidade no mínimo anualmente.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no decorrer do exercício. A depreciação ou amortização se iniciam quando os ativos estão nas condições de uso pretendidas pela Administração e cessam quando os ativos são desreconhecidos ou classificados como ativo mantido para venda. Um item do imobilizado é desreconhecido quando for vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado.

Anualmente a Administração avalia se existe indicativo de que os ativos imobilizados estejam desvalorizados. Em caso positivo é apurado o valor recuperável (maior entre o valor em uso e o valor justo líquido de despesas com a venda). Caso o valor recuperável seja inferior ao valor contábil líquido, uma perda deve ser reconhecida (*impairment*).

(v) Os demais ativos estão demonstrados ao valor de realização, que inclui, quando aplicável, os rendimentos, desvalorizações e variações monetárias e/ou cambiais auferidos até a data do balanço.

b) Passivos Circulantes e Não Circulantes

(i) As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no até 12 meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até as datas dos balanços.

Notas Explicativas

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Valores Expressos em Reais

(ii) **A Provisão de Reajuste ACT** é constituído com base na diferença entre os valores deliberados no Acordo Coletivo de Trabalho - ACT e o efetivamente pago, enquanto a lide não é finalizada.

(iii) **As Obrigações Sociais e Trabalhistas** incluem a Provisão para Férias e Encargos Sociais, constituída em função dos direitos adquiridos até a data do balanço.

(iv) **As provisões para contingências** estão representadas substancialmente por de ações judiciais (trabalhista, civil e tributário), e são reconhecidas quando: o Instituto tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados, seja provável que será necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação, e, somente quando se possa fazer uma estimativa confiável dos valores envolvidos. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores jurídicos do Instituto.

(v) **As Subvenções Governamentais para Investimento** são reconhecidas inicialmente a débito no ativo circulante em caixa e equivalentes de caixa, e a crédito no passivo não circulante na conta de Subvenções Governamentais, aguardando a execução do cronograma físico/financeiro correspondentes aos gastos e obrigações aos convênios pactuados.

(vi) **Os demais passivos** estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço.

c) Resultado do Exercício

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios e considera:

(i) Os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos;

(ii) O reconhecimento de receitas ocorre quando os riscos e benefícios inerentes à propriedade são transferidos, não sendo reconhecida a receita quando existir incerteza quanto à sua realização.

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, líquida de descontos, abatimentos, devoluções, comissões e impostos incidentes. A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva.

As demais receitas são sempre reconhecidas pelo regime de competência.

d) Resultado Abrangente

O resultado abrangente está apresentado conforme pronunciamento contábil CPC 26.

e) Demonstração dos Fluxos de Caixa

Preparada pelo método indireto e apresentada conforme pronunciamento contábil CPC 03.

Notas Explicativas

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Valores Expressos em Reais

04) Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Recursos em Caixa	-	-
Bancos Contas Movimento	1.451.723,58	827.004,12
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	55.932.249,07	91.581.674,27
	57.383.972,65	92.408.678,39

A redução de caixa apresentada, corresponde principalmente ao fluxo financeiro negativo entre entradas de recursos e saídas para pagamentos. Conforme Notas Explicativas relativas ao resultado e demonstração de fluxo de caixa do período, as principais saídas representam: Folha de pagamento e encargos sociais, serviços de terceiros como manutenção e vigilância, e despesas de consumo como energia elétrica, água e telecomunicações.

05) Contas a Receber de Clientes

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Contas a Receber de Clientes	(i)	69.782.037,86	64.343.280,55
(-) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(ii)	(61.028.242,82)	(61.265.721,69)
Garantia contratual de Clientes		343,21	-
		8.754.138,25	3.077.558,86

(i) **Contas a Receber de clientes** - Substancialmente representado pela venda ao Ministério da Saúde (MS) para atendimento nacional do Sistema Único de Saúde (SUS), de fornecimento do medicamento Trastuzumabe (fármaco destinado ao tratamento do câncer de mama), no âmbito de Parceria de Desenvolvimento Produtivo (PDP) do Governo Federal.

A operação está composta ainda pelas empresas F.Hoffmann-La Roche Ltd. e sua subsidiária brasileira, Produtos Roche Químicos e Farmacêuticos S.A (em conjunto ou isoladamente "Roche", fabricante do medicamento e detentor da tecnologia e patentes) e o laboratório nacional Axis Biotech ("Axis"). Estava prevista para ser concretizada em diversas etapas, por dez anos, ao fim dos quais os laboratórios nacionais estariam aptos a produzir o medicamento em território nacional com tecnologia adquirida do fabricante, e fornecer daí em diante nessas bases ao Ministério da Saúde e nas bases contratadas.

A primeira demanda foi de 172.374 doses, ao preço final de R\$ 1.293,10/dose (um mil, duzentos e noventa e três reais e dez centavos) por dose unitária, a serem fornecidas até 30 de julho de 2018. Tal fornecimento estabelecia o preço global final do Ministério da Saúde para esse primeiro lote, no total de R\$ 222.896.819,40 (duzentos e vinte e dois milhões, oitocentos e noventa e seis mil, oitocentos e dezenove reais e quarenta centavos).

(ii) **Recebíveis de clientes por acordo administrativo e/ou judicial** - Corresponde a decisão do TCU - Tribunal de Contas da União, no processo TC-024.519/2018-9, determinando suspender a PDP e fixando, para os fornecimentos objeto do Contrato 061/2018, inclusive, o segundo e último lote relativo à campanha de 2018. O entendimento da corte consiste que o preço final de venda ao Ministério da Saúde deve ser de R\$ 938,94 (novecentos e trinta e oito reais e noventa e quatro centavos), valor unitário em desacordo com o previsto na PDP, de R\$ 1.293,10/dose.

Notas Explicativas

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Valores Expressos em Reais

Ainda no final de 2018, o Instituto manejou recurso contra tal decisão, mas sem êxito, tendo sido a mesma confirmada. Mais recentemente, em 2020, ao indeferir pleito conduzido pela empresa Axis, o TCU renovou e reconfirmou as decisões anteriores. Ademais, em fevereiro de 2020, o Instituto com os demais parceiros da PDP, apresentaram ao Ministério da Saúde uma reestruturação da PDP, portanto até o momento esse processo está em discussão.

Por fim, o Instituto aguarda e conduz junto com seu corpo técnico/jurídico o desfecho de todas as circunstâncias envolvidas para então, a partir de uma base para mensuração confiável produzir os efeitos contábeis correspondentes.

06) Estoques

	31/12/2021	31/12/2020
Matérias-Primas e Insumos	4.267.516,28	3.556.717,93
Produtos em elaboração e produtos acabados	2.574.878,18	540.857,47
Estoques de animais	222.571,52	168.956,26
Serviço a faturar	2.178.136,37	175.227,57
	9.243.102,35	4.441.759,23

Os estoques de produtos acabados e em elaboração estão avaliados pelos custos médios de produção (matérias-primas, mão de obra direta, embalagens, outros custos diretos e os respectivos gastos indiretos de produção). Os demais estoques estão avaliados pelo custo médio de aquisição.

Tanto os produtos acabados quanto os demais estoques não excedem aos valores de mercado.

07) Impostos e Contribuições a Recuperar

	31/12/2021	31/12/2020
IRRF a Compensar	504.322,67	385.707,25
Saldo negativo de IR/CS	429.265,24	125.931,56
PIS	7.072,69	18.863,26
COFINS	9.678,63	76.953,69
CSLL, PIS e COFINS retidos	738.127,60	597.434,80
	1.688.466,83	1.204.890,56

Notas Explicativas

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Valores Expressos em Reais

08) Imobilizado e Intangível

	31/12/2021		31/12/2020	
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Imobilizado				
Terrenos	69.492.401,60	-	69.492.401,60	69.492.401,60
Edificações	26.540.802,44	(12.104.010,00)	14.436.792,44	15.087.515,16
Veículos	388.419,58	(280.200,28)	108.219,30	128.101,76
Máquinas e Equipamentos	47.799.317,70	(30.401.198,77)	17.398.118,93	21.307.768,60
Móveis e Utensílios	2.334.128,79	(1.475.659,72)	858.469,07	941.091,25
Ferramentas	99.530,01	(82.644,74)	16.885,27	21.852,21
Instalações	7.917.079,66	(7.558.640,85)	358.438,81	424.250,53
Computadores e Periféricos	5.493.722,71	(5.316.541,10)	177.181,61	62.405,30
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	-	-	-	-
Outras Imobilizações	34.907,68	(23.644,51)	11.263,17	12.210,15
	160.100.310,17	(57.242.539,97)	102.857.770,20	107.477.596,56
Intangível				
Softwares	3.598.075,71	-	3.598.075,71	3.967.605,02
Outros Intangíveis	27.532,14	-	27.532,14	27.532,14
	3.625.607,85	-	3.625.607,85	3.995.137,16

(*) - Taxas anuais de depreciação / amortização.

No decorrer do exercício de 2017, atendendo aos dispositivos do CPC 27 e ICPC 10, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, o Instituto procedeu, por meio de empresa especializada terceirizada, avaliação de parte de seus ativos imobilizados objetivando trazê-los a um valor mais próximo do mercado, bem como definir uma taxa de vida útil que refletisse o efetivo desgaste dos bens, considerando, dentre outros, as condições de uso e manutenção histórica promovida pelo TECPAR. Os ajustes decorrentes dessa avaliação, devidamente fundamentada em laudo, foram registrados em contrapartida do Patrimônio Líquido a título de Ajuste de Avaliação Patrimonial, conforme Nota Explicativa nº 17 (iii).

As movimentações apresentadas no exercício foram:

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Impairment	Depreciação/ Amortização	Saldo em 31/12/2021
Imobilizado						
Terrenos	69.492.401,60	-	-	-	-	69.492.401,60
Edificações	15.087.515,16	-	-	-	(650.722,72)	14.436.792,44
Veículos	128.101,76	-	(3.571,83)	-	(16.310,63)	108.219,30
Máquinas e Equipamentos	21.307.768,60	1.004.587,06	(2.774.763,11)	(80.902,77)	(2.058.570,85)	17.398.118,93
Móveis e Utensílios	941.091,25	189.583,96	(151.401,05)	-	(120.805,09)	858.469,07
Ferramentas	21.852,21	-	-	-	(4.966,94)	16.885,27
Instalações	424.250,53	128.673,17	-	-	(194.484,89)	358.438,81
Computadores e Periféricos	62.405,30	155.989,51	-	-	(41.213,20)	177.181,61
Outras Imobilizações	12.210,15	-	-	-	(946,98)	11.263,17
Total Imobilizado	107.477.596,56	1.478.833,70	(2.929.735,99)	(80.902,77)	(3.088.021,30)	102.857.770,20
Intangível						
Softwares	3.967.605,02	-	-	(369.529,31)	-	3.598.075,71
Outros Intangíveis	27.532,14	-	-	-	-	27.532,14
Total Intangível	3.995.137,16	-	-	(369.529,31)	-	3.625.607,85

Ainda em conformidade com o CPC 27 e ICPC 10, durante o exercício de 2021, o Tecpar contratou empresa especializada para revisão da vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangível e avaliar o valor recuperável, onde identificou-se a necessidade de constituir provisão para *impairment* no valor de R\$ 80.902,77 (Oitenta mil, novecentos e dois reais e setenta e sete centavos), para máquinas e

Notas Explicativas

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Valores Expressos em Reais

equipamentos e R\$ 369.529,31 (Trezentos e sessenta e nove mil, quinhentos e vinte e nove reais e trinta e um centavo), para softwares.

Para os demais grupos do ativo imobilizado e intangível não foram identificados a necessidade de ajustes para refletir o valor recuperável.

As novas taxas de depreciação e amortização, apresentadas em laudo de avaliação, que foram levantadas conforme o padrão de consumo, manutenção e histórico do Instituto, estão sendo implementadas no sistema patrimonial.

09) Fornecedores

O Saldo de fornecedores a pagar estão substancialmente representados pelos seguintes itens:

(i) Roche Químicos e Farmacêuticos S.A. - Complementar a operação apresentada na Nota Explicativa nº 05, o montante corresponde ao saldo a liquidar com o fornecedor Roche Químicos e Farmacêuticos S.A.

No final de 2018 o Instituto havia adquirido da Roche 334.042 doses do medicamento, ao preço faturado de R\$ 938,94/dose, as quais forneceu ao Ministério da Saúde. Este, por sua vez, ao final, remunerou o TECPAR pelo mesmo valor de R\$ 938,94/dose, seguindo a determinação da decisão do TCU.

Importante esclarecer que os primeiros pagamentos do Ministério da Saúde ao Instituto, ainda no primeiro semestre de 2018, ocorreram na base de R\$ 1.293,10/dose. Todavia, ao liquidar o saldo das faturas daquele pedido inicial, em face da decisão do TCU, o Ministério compensou os pagamentos "a maior" efetuados, equalizando o pagamento ao TECPAR por todo o contrato (061/2018) na base uniforme de R\$ 938,94/dose. O segundo contrato (215/2018), posterior à decisão do TCU, já foi cursado integralmente com o preço MS de R\$ 938,94/dose.

A partir de janeiro/2019, não obstante os recebimentos do Ministério, o TECPAR não prosseguiu com os repasses para a Roche de qualquer montante, seja pelo abalo da PDP, com a suspensão de sua execução e modificação do marco econômico original (preço Ministério da Saúde), seja ainda pelo desligamento do Instituto do orçamento do Governo do Estado, ocorrido em 2018, despindo, então o TECPAR de previsão orçamentária e condições financeiras relativas a um eventual ajuste com a Roche do saldo do fornecimento ocorrido em 2018.

Nesse sentido, o Instituto tem conduzido negociações com o fornecedor para que o impasse do pagamento do que reputou como saldo em seu favor, no valor de R\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de reais), com prazo para negociações e solução até de 180 dias corridos, contados do recebimento da segunda notificação emitida em 27/06/2019, referente ao fornecimento do medicamento ocorrido em 2018. Saldo obtido pela multiplicação das doses fornecidas ao TECPAR pelo valor contratual de R\$ 938,94 (contrato de fornecimento nº 215/2018), deduzido do valor pago pelo Instituto à Roche em 2018.

Essas renegociações obtiveram um desfecho, em síntese, em troca de notificações entre as partes, culminando com o comunicado da Roche de 21/08/2020, no qual indica aceitar o valor de R\$ 125.000.000,00 (Cento e vinte e cinco milhões de reais), nas condições referidas. Em 31 de dezembro de 2021, a empresa Roche se manifestou através de resposta de circularização de saldos, para a auditoria externa, que o crédito está sendo mantido em R\$ 125.000.000,00 a receber do Tecpar.

Notas Explicativas

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Valores Expressos em Reais

Por fim, devido ao impasse quando as novas diretrizes do PDP, o Instituto aguarda a anuência do Governo do Estado do Paraná, bem como a execução orçamentária para então produzir os efeitos contábeis correspondentes.

10) Obrigações Sociais e Trabalhistas

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Previdência Social		806.199,13	886.583,03
Auxílio Alimentação a pagar		-	302.541,50
IRRF Retido a recolher		(89.875,32)	516.925,30
FGTS		-	265.120,19
Provisão para Férias, 13º e Encargos	(i)	5.010.418,39	4.725.831,41
Outras Obrigações		-	5.032,68
		5.726.742,20	6.702.034,11

(i) Provisão para Férias - Corresponde a provisão de férias e seus respectivos encargos sociais, contabilizados pelo regime de competência.

11) Obrigações Fiscais

	31/12/2021	31/12/2020
ISS	31.997,83	55.233,60
IRRF	413,07	19.120,23
ICMS	5.081,60	2.013,57
Retenções na Fonte (PIS - COFINS - ISS - etc.)	33.773,55	48.093,77
Outros Tributos a Recolher	-	0,56
	71.266,05	124.461,73

12) Provisão de Reajuste ACT

	31/12/2021	31/12/2020
Acordo Coletivo de Trabalho - 2018/2019	5.110.060,36	3.570.336,00
Acordo Coletivo de Trabalho - 2019/2020	5.892.666,80	3.421.642,00
Acordo Coletivo de Trabalho - 2020/2021	1.586.239,32	570.171,00
Acordo Coletivo de Trabalho - 2021/2022	2.675.707,88	-
	15.264.674,36	7.562.149,00

Os montantes se referem às provisões de diferenças oriundas de aplicação de índices provenientes de Convenções Coletivas de Trabalho (CCT) e Acordos Coletivos de Trabalho (ACT), refletindo em diferenças remuneratórias, encargos e reflexos. O TECPAR, por força do Decreto Estadual Paraná nº 31, de 01/01/2015, que instituiu a Comissão de Política Salarial, em que estabelece seu art. 2º e 4º, a obrigação das empresas sob controle acionário do Estado do Paraná de observar as diretrizes fixadas em assuntos de política salarial, como também, de submeter previamente suas Negociações Coletivas de Trabalho à CCEE – Conselho de Controle de Empresas Estatais. Atualmente o Tecpar, com tratativas com o Sindicato, apresentou a autorização do CCEE ao parcelamento do índice referente 2018/2019, sendo rejeitada em Assembleia pelos empregados. Proposta encaminhada novamente ao CCEE para

Notas Explicativas

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Valores Expressos em Reais

autorização. Sobre os processos: Judicializados os ACTs 2018/2019 (TST); 2019/2020 (2ª Instância); 2020/2021 1ª Instância. Consta nas provisões valores referentes 2021/2022, data-base junho de 2022.

13) Outras Contas a Pagar

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Devolução de vacinas	(i)	73.183,75	1.025.747,25
Cauções Contratuais	-	32.846,50	26.540,49
		106.030,25	1.052.287,74

i) **Devolução de vacinas** – Refere-se à devolução de vacinas antirrábica inativadas para cães e gatos pela Secretaria Executiva – Departamento de Logística em Saúde - Ministério da Saúde. Em dezembro de 2021, o TECPAR realizou a produção de novas vacinas e liquidou parte da obrigação que possuía com o Ministério da Saúde.

14) Recursos de Projetos

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Sanepar Convênio 05/2021	(i)	1.737.502,44	-
SETI Convênio 05/2021	(ii)	1.584.776,52	-
		3.322.278,96	-

i) **Sanepar Convênio 05/2021** – O Recurso recebido é proveniente ao Instrumento Particular de Convênio e Cooperação Técnica e Financeira, entre a SANEPAR e o TECPAR. O objetivo do convênio é a elaboração e/ou execução conjunta entre os partícipes, mediante a reunião dos respectivos esforços e competências para o desenvolvimento, adaptação e implementação de ferramentas metodológicas definidas pelo Plano de Segurança da Água (PSA), para mapeamento, avaliação e gerenciamento de riscos relacionados à qualidade das águas (in natura) captadas pela Sanepar, em atendimento à Portaria Consolidação nº 5, do Ministério da Saúde.

ii) **SETI Convênio 05/2021** – O presente Termo de Convênio visa o fomento do projeto “AMPLIAÇÃO DA SEGURANÇA DOS ALIMENTOS NO ESTADO DO PARANÁ”, que tem como objeto “desenvolver ações voltadas à ampliação da segurança dos alimentos produzidos e/ou consumidos no Estado do Paraná, com relação a resíduos e contaminantes orgânicos, especificamente agrotóxicos, medicamentos veterinários e microtoxinas, por meio da aquisição de Sistema de cromatografia específico, voltado a atualização e ampliação da infraestrutura laboratorial e capacidade tecnológica do TECPAR”, enquadrado na Área Prioritária “AGRICULTURA & AGRONEGÓCIOS”, definida pelo Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia (CCT/PR).

15) Provisões para contingências

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Contingências Cíveis	(i)	56.557,00	-
Contingências Trabalhistas	(ii)	7.295.318,47	1.434.700,00
		7.351.875,47	1.434.700,00

Notas Explicativas

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Valores Expressos em Reais

i) **Causas Cíveis** - Corresponde substancialmente à ação que pleiteia a indenização por danos materiais em acidente de trânsito.

ii) **Causas Trabalhistas** - Representa substancialmente ação promovida pelo Sindicato dos Químicos do Estado do Paraná (SIQUIM), o qual requer reconhecimento e substituição conforme o piso salarial de cada categoria de determinados profissionais, sendo que, o montante estimado, caso deferida a alteração é de R\$ 6,1 milhões. As demais ações, correspondem a ações relacionadas a reclamações trabalhistas promovidas por terceirizados, principalmente por responsabilidade solidária ou subsidiária.

iii) **Obrigações Possíveis** - A Provisão para Contingências é somente reconhecida quando o Instituto tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado, e seja provável que será necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação. É também somente reconhecida quando se possa fazer uma estimativa confiável dos valores envolvidos. Assim, além das contingências já provisionadas como de provável saída de recursos, existem outras contingências em andamento que serão confirmadas apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle do TECPAR e que, neste caso, conforme determina o CPC 25, são classificadas como de perda possível, não sendo requerido o registro passivo dos valores envolvidos. Essas contingências são assim demonstradas:

	31/12/2021	31/12/2020
Contingências Trabalhistas	528.800,00	808.642,45
	528.800,00	808.642,45

16) Subvenção Governamental para Investimento

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Subvenção - Recurso financeiro	(i)	32.923.755,88	32.197.406,83
Subvenção - Terrenos	(ii)	34.351.401,60	-
		67.275.157,48	32.197.406,83

i) **Subvenção – Recurso financeiro** - Representa o convênio 05/18 firmado com a Secretaria de Estado da Ciência Tecnologia e Ensino Superior, e SETI - FUNDO PARANÁ, que visa o fomento do projeto “Desenvolvimento de Novas Tecnologias de Produção de Medicamentos Biológicos no Campus do TECPAR em Maringá”.

O Instituto controla esse recurso em conta bancária, apropriando os rendimentos financeiros oriundos dele, até que o cronograma físico/financeiro seja executado.

ii) **Subvenção – Terrenos** – O valor está composto por dois terrenos:

a) O valor de R\$ 18.470.361,60 (dezoito milhões, quatrocentos e setenta mil, trezentos e sessenta e um reais e sessenta centavos) correspondente ao terreno/quadra nº 18 do Parque Industrial de Maringá com área de 51.306,56 m², que foi doado ao Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR pela Prefeitura do Município de Maringá, para construção do Parque Biotecnológico da Saúde, conforme Lei Municipal nº 10.432/17.

Notas Explicativas

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Valores Expressos em Reais

b) O valor de R\$ 15.881.040,00 (quinze milhões, oitocentos e oitenta um mil e quarenta reais), correspondente ao terreno/quadra nº 19 do Parque Industrial de Maringá com área de 44.114,00 m², que foi doado ao Instituto de Tecnologia do Paraná – TECPAR pela Prefeitura do Município de Maringá, para construção do Parque Biotecnológico de Saúde, conforme Lei Municipal nº 10.432/17.

Para atendimento as normas contábeis vigentes, o valor de R\$ 34.351.401,60 (trinta e quatro milhões, quatrocentos e um mil e sessenta centavos), correspondentes aos terrenos, foram reclassificados do grupo do patrimônio líquido para o passivo não circulante.

17) Patrimônio Líquido

i) **Capital Social** - O Capital Social do Instituto até junho de 2021 era de R\$ 134.479.376,18 (cento e trinta e quatro milhões, quatrocentos e setenta e nove mil, trezentos e setenta e seis reais e dezoito centavos), conforme ata da primeira Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de abril de 2018.

Conforme a ata nº 15ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 13 de julho de 2021, foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$ 52.101.596,00 (Cinquenta e dois milhões, cento e um mil, quinhentos e noventa e seis reais), com os recursos recebidos do Estado do Paraná em 2019, registrados até o momento como adiantamento para futuro aumento de capital.

ii) **Adiantamento para Futuro Aumento de Capital** – Está representado por aportes recebidos do Governo do Estado do Paraná, os quais serão integralizados ao Capital social do Instituto.

Os valores referentes aos Adiantamentos para Futuro Aumento do Capital totalizam o montante de R\$ 65.973.827,00 (Sessenta e cinco milhões e novecentos e setenta e três mil e oitocentos e vinte e sete reais), conforme demonstrado a seguir:

- R\$ 6.886.616,08, Dec. nº 5958 do dia 26/10/2020, recebido em 13/11/2020;
- R\$ 3.000.000,00, Dec. nº 5958 do dia 26/10/2020, recebido em 10/12/2020;
- R\$ 13.976.925,00, Dec. nº 5958 do dia 26/10/2020, recebido em 21/12/2020;
- R\$ 20.000.000,00, Dec. nº 5958 do dia 26/10/2020, recebido em 22/12/2020;
- R\$ 6.418.111,92, Dec. nº 5958 do dia 26/10/2020, recebido em 11/02/2021;
- R\$ 2.214.973,00, Dec. nº 5958 do dia 26/10/2020, recebido em 05/03/2021;
- R\$ 3.477.201,00 Dec. nº 6562 do dia 17/12/2020, recebido em 15/04/2021;
- R\$ 1.522.799,00 Dec. nº 6562 do dia 17/12/2020, recebido em 26/04/2021;
- R\$ 6.000.000,00 Dec. nº 6562 do dia 17/12/2020, recebido em 07/06/2021;
- R\$ 2.477.201,00 Dec. nº 6562 do dia 17/12/2020, recebido em 28/06/2021;

iii) **Ajustes de Avaliação Patrimonial** - Em atenção aos pronunciamentos técnicos contábeis, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que integram o conjunto de normas inerentes a convergência às práticas internacionais de contabilidade (IFRS), a Sociedade poderia adotar, no momento da adoção inicial dos pronunciamentos contábeis, o custo atribuído “Deemed Cost” como forma de determinar o valor justo, possibilitando o ajuste dos saldos dos ativos imobilizados e intangível, uma vez que verificava-se a existência de itens ainda em operação capazes de proporcionar geração de fluxo de caixa futuros, reconhecidos no balanço por valor consideravelmente inferior ou superior ao seu valor justo.

Notas Explicativas

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Valores Expressos em Reais

Neste contexto, para a implantação do Custo Atribuído, a Instituto contratou empresa especializada (peritos independentes) para apuração do custo atribuído ("deemed cost") de parte de seus ativos imobilizado, a qual emitiu laudo técnico base para os registros contábeis no exercício de 2017.

O objeto desse estudo faz jus a dois terrenos de propriedade do TECPAR, sendo o primeiro em Curitiba-PR (Unidade CIC), e o segundo em Jacarezinho-PR (Unidade Jacarezinho). Devido os bens relacionados serem terrenos não foi estimada vida útil.

Como resultado das avaliações, foi apurado um acréscimo nas contas correspondentes aos bens avaliados tendo sua contrapartida no patrimônio líquido na conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial (AAP). Os montantes são R\$ 25.846.955,85 e R\$ 8.859.050,22 correspondente as unidades CIC e Jacarezinho, respectivamente.

A realização dessa reserva ocorrerá na mesma proporção das baixas, por venda ou outras saídas diversas dos bens que as geraram.

- iv) **Prejuízos acumulados** - Corresponde ao resultado apurado pelo Instituto desde a sua fundação. Nos exercícios de 2018 a 2021, como o Tecpar deixou de fazer parte do orçamento do Estado, e, portanto, não recebeu mais receitas diretas para financiamento das suas atividades, passando a receber repasses financeiros como adiantamento para futuro aumento de capital, apresentou prejuízos do exercício em números relevantes, que refletiu diretamente para o aumento expressivo no prejuízo acumulado. Com a retomada ao orçamento do Estado e consequentemente com o recebimento de recursos diretos a partir do exercício de 2022, o Instituto espera reverter parte do seu o prejuízo acumulado durante os próximos exercícios.

18) Receita Líquida das Atividades Operacionais

A seguir apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado:

	31/12/2021	31/12/2020
Receita Bruta		
Vendas biotérios - Animais	8.020,00	9.035,00
Venda de vacinas	7.620.000,00	-
Revenda de vacinas	30.480.000,00	-
Prestação de Serviços	6.503.582,09	7.747.872,28
Prestação de Serviços - Mercado Externo	-	8.208,19
Receitas Vinculadas a Convênios	33.000,00	749.820,00
	44.644.602,09	8.514.935,47
Deduções da Receita Bruta		
ICMS	(11.644,11)	(1.940,28)
PIS sobre Faturamento	(108.160,06)	(138.735,61)
COFINS sobre Faturamento	(499.276,39)	(650.395,82)
ISS sobre Faturamento	(325.178,66)	(387.459,41)
	(944.259,22)	(1.178.531,12)
Receita Líquida das Atividades Operacionais	43.700.342,87	7.336.404,35

Notas Explicativas

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Valores Expressos em Reais

19) Custos das Atividades Operacionais

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Custo do Produto Vendido	(i)	(5.823.267,94)	(903,00)
Custo do Produto Vendido - Revenda	(i)	(28.800.000,00)	-
Custo do Serviço Prestado	(ii)	(11.729.478,45)	(2.889.907,70)
Perdas de Estoques	(iii)	(2.871.925,16)	(10.169.929,30)
Custos com Ociosidade	(iv)	(21.797.451,05)	(19.392.853,75)
Custos Vinculadas a Convênios	-	(169.437,82)	-
		(71.191.560,42)	(32.453.593,75)

i) **Custo do Produto Vendido e Revenda** – Está representado pelo custo das vacinas antirrábica canina, produzidas pelo TECPAR e adquiridas para venda nos meses de julho a dezembro de 2021. A baixa do estoque para o custo ocorre no momento da realização da venda e entrega dos produtos.

ii) Custo do Serviço Prestado - Por natureza

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal e Encargos, inclusive benefícios	4.380.689,44	1.285.747,27
Matérias-Primas, Materiais, inclusive combustíveis e lubrificantes	5.645.981,11	993.731,51
Manutenção, inclusive benfeitorias e melhorias	441.146,81	132.360,27
Serviços de Terceiros (Pessoas Físicas e Jurídicas)	634.013,60	278.551,02
Depreciações	269.529,20	83.695,53
Energia Elétrica, Água e Comunicação	275.516,66	86.972,34
Tributárias	40.731,63	10.649,96
Locações	16.366,78	8.591,59
Viagens, Refeições e Representações	21.091,76	7.246,32
Outros Custos/(Recuperações) Diversos	4.411,46	2.361,89
	11.729.478,45	2.889.907,70

iii) **Perdas de Estoques** - Corresponde substancialmente a baixa de estoque de animais por doação.

iv) **Custos com Ociosidade** – O custo ocioso é apurado a partir das informações de horas disponíveis do pessoal produtivo e de serviços, efetivamente alocadas de acordo com os apontamentos de áreas fins. A Administração está em processo de aprimoramento das métricas utilizadas e nos detalhamentos da produção inseridos no contexto produtivo. Vale destacar que o período de medição de custo de ociosidade em 2020 refere-se aos meses de junho a dezembro, já no exercício 2021, refere-se ao exercício completo.

Notas Explicativas

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Valores Expressos em Reais

20) Despesas Gerais e Administrativas

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal e Encargos, inclusive benefícios	(i)	(23.185.602,94)	(33.513.481,96)
Materiais, inclusive combustíveis e lubrificantes	-	(761.586,64)	(1.466.750,80)
Manutenção, inclusive benfeitorias e melhorias	-	(1.188.882,10)	(2.179.575,89)
Serviços de Terceiros (PF/PJ)	-	(5.320.003,75)	(6.362.835,18)
Impostos, Taxas e Contribuições Diversas	-	(315.838,17)	(432.412,24)
(Provisão)/Reversão para Devedores Duvidosos	-	237.478,87	1.299.558,76
Perdas por incobráveis	-	(251.930,52)	(31.294,49)
Indenizações e Provisões diversas, Inclusive Acordos Trabalhistas	(ii)	(11.111.329,50)	(1.646.656,21)
Energia Elétrica, Água e Comunicação	(i)	(2.733.893,97)	(3.785.892,90)
Depreciações	(i)	(795.290,17)	(1.972.225,07)
Locação de Bens Móveis ou Imóveis	-	(307.219,41)	(344.991,08)
Viagens, Refeições e Representações	-	(49.506,69)	(172.988,75)
Apuração Fiscal de estoques	(i)	(7.608,00)	(952,90)
Taxas para Entidades Públicas	-	(63.998,23)	(59.044,70)
Outras Despesas/(Recuperações) Diversas	-	(144.568,16)	298.891,77
		(45.999.779,38)	(50.370.651,64)

i) **Rateio de Custos** - Como apresentado em notas explicativas anteriores, em virtude da implantação do sistema de rateio de custos de produção, as contas das despesas administrativas e gerais deixaram de absorver aqueles dispêndios relativos ao processo produtivo, ocasionando a correspondente redução.

ii) **Indenizações e Provisões diversas** - Corresponde substancialmente a contrapartida apresentada na Nota Explicativa nº 15 (ii).

iii) **Serviços de terceiros (PF e PJ)** - Corresponde à contratação de serviços diversos como: vigilância, limpeza, sistema, advocatício, entre outros serviços necessários para assuntos administrativos e estrutural da Instituição.

21) Outras Receitas e Despesas Operacionais Líquidas

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita com cessão de espaço a outras Entidades	(i)	3.435.375,85	2.495.798,24
Receita de imobilizado recebido em doação	-	280.000,00	-
Doações de ativo imobilizado	(ii)	(2.705.006,57)	-
Tributos sobre outras receitas	-	(370.618,55)	(110.081,40)
Devoluções de convênios	-	(222.224,99)	(22.302,58)
Doações	-	(581.029,15)	(622.526,87)
Baixa de bens	-	(3.571,83)	(22.832,71)
Multas Recebidas	-	489,55	-
Impairment - Ativo imobilizado e intangível	-	(450.432,08)	-
Outras Despesas/(Recuperações) Diversas	-	4.739,36	0,88
		(612.278,41)	1.718.055,56

Notas Explicativas

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Valores Expressos em Reais

i) **Receita com cessão de espaço a outras Entidades** - Corresponde a receita por cessão de espaço e compartilhamento de custos de consumo com o Instituto de Biologia Molecular do Paraná e a Fundação Oswaldo Cruz.

ii) **Doação de ativo imobilizado** - Corresponde a doação de máquinas e equipamentos para a Universidade Estadual do Oeste do Paraná, realizada em agosto de 2021.

22) Resultado Financeiro

	31/12/2021	31/12/2020
Despesas Financeiras		
Juros e Descontos Diversos Recebidos	(394,79)	(749,49)
Despesas Bancárias	(5.205,06)	(20.148,80)
Tributos e multas	(1.341,16)	(4.773,58)
Variação cambial	(4.048,09)	(1.722,56)
	(10.989,10)	(27.394,43)
Receitas Financeiras		
Juros e Descontos Diversos Recebidos	38.350,36	7.970,78
Receitas de Aplicações Financeiras	1.177.373,25	1.107.412,54
Encargos sobre tributos recuperados	4.684,66	21.908,40
Variação cambial	20.765,98	7.307,71
	1.241.174,25	1.144.599,43
Resultado Financeiro Líquido	1.230.185,15	1.117.205,00

23) Instrumentos Financeiros

O Instituto não opera costumeiramente com instrumentos financeiros derivativos. Na data do balanço, utilizou os seguintes métodos e premissas no cálculo do valor justo de seus instrumentos financeiros:

- Caixa e Equivalentes de Caixa** - Os valores estão registrados ao valor de mercado, na data da demonstração contábil.
- Contas a Receber e Contas a Pagar** - Os montantes divulgados no balanço patrimonial para contas a receber e contas a pagar aproximam-se de seus valores de mercado, considerando as provisões constituídas, o seu vencimento a curto prazo e ausência de atualizações monetárias sobre a parcela vencida de contas a receber.
- Outras Contas** - Nenhuma outra conta contábil apresenta diferenças relevantes entre os valores registrados contabilmente pelo Instituto e seus valores prováveis de realização a valores de mercado de 31 de dezembro.
- Risco de Crédito** - Esses riscos são administrados por critérios específicos de análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição nas vendas.
- Risco de Mercado** - Os riscos de mercado são aqueles decorrentes da evolução do custo dos insumos, principalmente químicos, que compõem o custo do TECPAR. O Instituto, através de seus departamentos técnico e de planejamento, analisa cada serviço, aplicando a sua experiência e seus índices de produtividade na formação de preços. No caso de surgimento de distorções que afetem

Notas Explicativas

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Valores Expressos em Reais

o disposto originalmente nos serviços contratados, a Administração do Instituto procura, através de negociação direta com seus clientes, a restauração do equilíbrio econômico-financeiro das operações.

24) Índices financeiros

Os principais índices financeiros do TECPAR estão apresentados a seguir:

	Fórmula	31/12/2021		31/12/2020	
		Valor	Índice	Valor	Índice
Liquidez Corrente	AC	78.266.359,92	49,85%	102.032.680,32	72,21%
	PC	157.005.656,04		141.302.521,57	

O índice de Liquidez Corrente indica a capacidade de saldar compromissos de curto prazo. Quanto maior o índice, melhor a situação do Instituto, portanto quando o índice for superior a 100%, é considerado um bom resultado.

	Fórmula	31/12/2021		31/12/2020	
		Valor	Índice	Valor	Índice
Liquidez Geral	AC + RLP	80.389.561,79	34,71%	103.816.351,40	59,35%
	PC + PNC	231.632.688,99		174.934.628,40	

O índice de liquidez geral mede a capacidade global de saldar compromissos e/ou dívidas. Quanto maior o índice, melhor a situação do Instituto, portanto quando o índice for superior a 100%, é considerado bom resultado.

	Fórmula	31/12/2021		31/12/2020	
		Valor	Índice	Valor	Índice
Solvência Geral	AT	186.872.939,84	80,68%	215.289.085,12	123,07%
	PC + PNC	231.632.688,99		174.934.628,40	

O índice de solvência geral expressa o grau de garantia que o Instituto dispõe em ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas, envolvendo além dos recursos líquidos, também os permanentes.

Quando inferior a 100% indica situação de insolvência, já que os ativos são insuficientes para liquidar as dívidas.

25) Seguros Contratados

A Administração do Instituto adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face às ocorrências de sinistros. Os auditores não avaliaram as premissas relativas a estes seguros.

Notas Explicativas

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Valores Expressos em Reais

26) Ônus, Avais e Garantias

O Instituto não possui ônus relevantes sobre seus ativos, tampouco é garantidora de aval junto a instituições financeiras em benefício de outras Entidades.

27) Eventos subsequentes

Retorno do TECPAR ao orçamento do Estado

O governador do Estado do Paraná sancionou, em 17 de dezembro de 2021, a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2022, que prevê o retorno do Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar) ao Orçamento do Governo do Estado.

Pela mensagem enviada pelo Governo do Estado à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (Alep), que aprovou o projeto de lei enviado pelo Poder Executivo, a reintegração do Tecpar ao Orçamento busca apoiar a realização de ações do instituto para desenvolvimento científico, produção da indústria da saúde, soluções tecnológicas e para pesquisa e inovação.

Pelo projeto de lei, o retorno ao Orçamento permite ao Tecpar "pesquisar, desenvolver e inovar na produção de vacinas e de kits de diagnósticos para área da saúde humana e veterinária e soluções tecnológicas objetivando aumentar a qualidade e a competitividade das organizações públicas e privadas, além de executar e apoiar programas e projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação na área da saúde humana e atividades correlatas com o propósito de contribuir com as ações, frente às demandas e necessidades de saúde da população paranaense".

O Tecpar ressalta que o retorno ao orçamento é um estímulo para a expansão do portfólio do instituto, com vistas à diversificação de novos contratos, que auxiliarão no objetivo da conquista da autonomia financeira do Tecpar.

Curitiba, 31 de dezembro de 2021.

Jorge Augusto Callado Afonso
Assinado eletronicamente
Diretor Presidente

Daniel Romanowski
Assinado eletronicamente
Diretor Administrativo e Financeiro

Emerson Bustos Tozi
Assinado eletronicamente
Contador CRC - PR. 045122/O-6



ePROTOCOLO



Documento: **DFs_TECPAR_2021_Final.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Jorge Augusto Callado Afonso** em 11/02/2022 15:38.

Assinatura Qualificada Externa realizada por: **Diemerson do Nascimento** em 11/02/2022 10:06.

Assinatura Avançada realizada por: **Emerson Bustos Tozi** em 11/02/2022 15:31, **Daniel Romanowski** em 11/02/2022 15:36.

Inserido ao protocolo **18.630.759-3** por: **Vinicius Lopes Pereira** em: 11/02/2022 15:15.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
9b8f078dde0300a6ea43f4aaa622d8f.

